

Coluna do Castello

Foi má para Sarney a semana

O Presidente José Sarney, conversando na manhã de ontem com um dos seus interlocutores mais categorizados, disse-lhe que estava concluindo uma das semanas mais difíceis pelas quais já passou desde que assumiu o Governo. O interlocutor observou: "Mas vem aí semana mais difícil". "Qual?" Perguntou o Presidente. "Todas", respondeu.

Na verdade o Presidente esteve às voltas com problemas agravados, desde a resistência à negociação do acordo ou pacto social (com a viagem do Ministro Funaro, o Ministro do Trabalho teria se definido por uma atitude mais complacente com as reivindicações), até a rendição aos municipalistas, que se apresentaram em Brasília como um grupo de pressão que se qualificou ao Congresso, num ano pré-eleitoral, como irresistível. Foi uma batalha travada dia a dia, com uma transigência final e a apresentação da conta, no futuro, ao contribuinte. A concessão importa em maior aumento de impostos.

O andamento da emenda constitucional de convocação da Constituinte, que o presidente do PMDB avocou a si para negociá-la com seu próprio partido, em especial com o relator, e com os representantes das chamadas entidades civis que aspiram a colaborar na feitura da Constituição prescindindo do voto popular, atraiu uma multiplicidade de reivindicações que não se inseririam naturalmente no seu âmbito. O trabalho da comissão mista deu lugar a que reivindicações intempestivas interferissem no processo, a ponto de se pretender, a pretexto da convocação da Constituinte, resolver desde já problemas que caberiam aos constituintes resolver.

Não há por que, segundo a avaliação dos membros do Governo, introduzir-se na emenda constitucional de convocação da Constituinte uma subemenda estendendo benefícios da anistia a militares ou outra revogando desde já o estado de emergência. Esses seriam temas para emendas específicas ou para solução definitiva no futuro Congresso Constituinte. O Presidente da República, que transigiu no caso dos municipalistas, está na expectativa de que seus negociadores lhe proponham, em cada caso, novas transigências. Entende-se que negociar importa em ceder em alguns pontos, por isso mesmo não há conversa com temas limitados ou com vetos a aspectos do problema naturais ou artificiais. O Sr Ulysses Guimarães, que negocia com o Sr Bierrenbach, pediu adiamento do prazo de apresentação do parecer para poder chegar a uma solução de compromisso.

O Presidente José Sarney não sabe ainda em que ponto será convidado a ceder, mas confia em que pelo menos o Congresso não abra mão da convocação nos termos definidos pela Aliança Democrática, de eleição de um Congresso com amplos poderes constituintes, mas que, no fundo, resguarde o espírito de transição que está no cerne do compromisso que elevou ao Governo a chama Tancredo Neves-José Sarney. É possível que a idéia que venha a vingar seja a da realização em datas diferentes da eleição dos constituintes e dos governadores, o que em pouca coisa alteraria a situação. A diferença seria de meses, mas como os candidatos à Constituinte e aos governos estaduais emergirão dos partidos nada bloqueia intercessão de uma campanha na outra campanha.

Observadores do âmbito oficial alertam para o problema de um Presidente da República que, pelas circunstâncias, é hóspede de um partido que, como os demais, põe a cabeça a prêmio na eleição de novembro. Um partido lapidado por divisões irreversíveis e ameaçado de perder eleições para lideranças que restauram um velho quadro político, já muito conhecido do país. Perdendo o PMDB, estaríamos novamente com a cena ocupada pelos Srs Leonel Brizola e Jânio Quadros, o que seria um convite para reexaminar a história a partir de 1964.

O longo processo revolucionário, eliminando lideranças, não permitiu que outras se afirmassem. Há Estados, como Minas Gerais, que com a morte de Tancredo Neves e a enfermidade de Magalhães Pinto, não renovaram seus comandos políticos. O Governador completa um mandato sem que tivesse de ser previamente votado para exercê-lo. O Senador Alfredo Campos, suplente, teve menos de 100 mil votos e o Senador Murilo Badaró é biônico. Hoje, em Minas, só quem dispõe de mandato oriundo de votação majoritária é o Senador Itamar Franco.

O Presidente José Sarney, que herdou a Presidência de modo dramático, é de um Estado que não tem superfície política em que se possa basear e seus companheiros de dissidência do PDS se aglutinaram num partido no qual sequer lhe foi dado entrar pois a contingência lhe impunha a legenda do PMDB. Em São Paulo o pleito municipal pode frustrar as expectativas de liderança nacional do Governador Franco Montoro e abalar a liderança do Deputado Ulysses Guimarães. Se as coisas acontecerem e, observa-se nas mesmas fontes, se em novembro tivermos "Brizola e Jânio no comando" iremos assistir a um filme que já vimos.

Os pressupostos da ação do Presidente — pacto social, combate à inflação, aquecimento da economia, complementação da institucionalização democrática, está tudo envolvido num processo de crise assinalado pela ausência de comandos na vida política do país.

Carlos Castello Branco